



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

**PROTOCOLO DO PROCESSO**

**033644/2024**

**Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:**  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 4533bdea-00c6-4881-b85e-a2cfed38716e

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Quinta-feira, 31 de Outubro de 2024</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>PROTOCOLO GERAL</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>LEONARDO GABRIG PEIXOTO</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA</b>	

## **RESUMO**

*RECURSO BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA - PA  
4.980/2024 - PE 90.119/2024*

**DATA:31/10/2024**



## BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA

Rua João Rodrigues, 42 / parte – São Francisco Xavier - RJ – CEP: 20.960-010  
Tel.: (21) 3287-5382 E-mail: [bmbconstrutora@yahoo.com.br](mailto:bmbconstrutora@yahoo.com.br)

C.N.P.J.: 04.191.294/0001-37

INSC. ESTADUAL: 77.122.729

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO OFICIAL E MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

EDITAL DO PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 90119/2024

BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.191.294/0001-37, sediada à Rua JOAO RODRIGUES 42 BAIRRO SÃO FRANCISCO XAVIER NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ESTADO RJ CEP 20.960-010, neste ato representado por seu sócio administrador, Sra. DORACI DE SOUZA VIANNA, VIUVA, empresária, portador da cédula de identidade nº 06.536.258-04 SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 763.556.677-68, vem respeitosamente a infra firmada à presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal com fulcro da Lei nº 14.133/21 e demais leis que se apliquem apresentar:

### RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão do (a) pregoeiro (a) e da comissão permanente de licitações que habilitou a empresa **AC AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### I- DA TEMPESTIVIDADE.

Salienta-se, inicialmente, a tempestividade das presentes razões ao recurso administrativo, com prazo de 03 (Três) dias úteis para apresentação. Acerca da interposição de recursos, dispõe o instrumento convocatório: Uma vez admitido o recurso, a recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, que os recursos administrativos serão interpostos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da habilitação ou inabilitação do licitante:

Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; Dessa forma, tendo sido interposto dentro do prazo legal e estando a recorrente em seu pleno direito de apresentar suas razões ao recurso administrativo, Vossa Senhoria deverá vir a apreciá-lo.

#### II- DO RESUMO DOS FATOS.

**BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA**

Rua João Rodrigues, 42 / parte – São Francisco Xavier - RJ – CEP: 20.960-010

Tel.: (21) 3287-5382 E-mail: [bmbconstrutora@yahoo.com.br](mailto:bmbconstrutora@yahoo.com.br)

C.N.P.J.: 04.191.294/0001-37

INSC. ESTADUAL: 77.122.729

Certidão municipal ISS que rege os serviços da empresa qualificada no município cuja a sede da empresa a qual foi adjudicada está registrada para prestar serviço de limpeza no município de sua sede, em desacordo com o objeto da licitação.

O CRS FGTS está em nome de uma empresa com outra razão social e se o certificado está em nome de outra razão social não é válido, e em outro endereço de sede. Segundo a CEF o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) deve estar com os dados atualizados para valer:

O CRF tem validade de 30 dias a partir da data de emissão.

A empresa deve renovar o CRF antes do vencimento, a partir do 21º dia de validade do certificado vigente.

O setor de Departamento Pessoal da empresa deve manter o controle das datas de emissão das certidões.

Para atualizar o CRF, é necessário comparecer à CEF com a CRF com as informações incorretas e o cartão CNPJ atualizado.

Para atualizar dados da empresa no CRF, é possível acessar o portal Gerir Demandas da Caixa com o certificado digital.

Para consultar a autenticidade da Certidão FGTS, é necessário acessar o site da Caixa Econômica Federal e clicar na opção "Consultar CRF".

O CRF é necessário para comprovar que uma empresa está em dia com as obrigações relacionadas ao FGTS, como o cadastro da empresa e o pagamento dos depósitos.

O CNPJ está em nome de outra razão social e se não está atualizado não é válido o documento junto a receita federal.

Em toda a documentação encontra-se três razões sociais diferentes e dois endereços.

Os atestados técnicos apresentados:

Um foi emitido por uma das licitantes participantes do certame "**ativas estruturais**", em nome da moralidade do processo não pode ser considerado.

Não foi apresentado certidão do CREA da empresa, para formalizar se está apta junto ao órgão a exercer atividade do objeto e seu corpo técnico qualificado.

O atestado da **LED PRO** está fora da validade de 12 meses conforme edital requer quanto for mencionado prazo de execução.

O atestado da **CONSERCAF** não atende ao objeto.

Os certificados NRs, está em nome da sócia que não é engenheira e qualquer outra atividade correlata para ser responsável por fiscalizar, e os engenheiros apresentados não têm NRs.

**BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA**

Rua João Rodrigues, 42 / parte – São Francisco Xavier - RJ – CEP: 20.960-010

Tel.: (21) 3287-5382 E-mail: [bmbconstrutora@yahoo.com.br](mailto:bmbconstrutora@yahoo.com.br)

C.N.P.J.: 04.191.294/0001-37

INSC. ESTADUAL: 77.122.729

A empresa apresentou diversos documentos não solicitados a fim de fazer volume e inebriar a análise do que realmente é necessário ter.

**III- DO DIREITO:**

A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Está norma, determinada pela Lei das Licitações nº 14.133/21 é clara em amparar um dos princípios específicos do procedimento licitatório chamado de vinculação ao instrumento convocatório. Vejamos:

A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O cumprimento fiel do edital é imperioso para seguir o devido processo legal, bem como o princípio do procedimento formal, onde os atos administrativos devem seguir a lei específica das licitações e o edital o qual se vincula.

O Edital é um instrumento por meio do qual se realiza o devido Processo Licitatório. Por isso, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Tal obrigatoriedade, inerente ao princípio da legalidade é obstativa do arbítrio e da discricionariedade desenfreada, ou seja, daquela discricionariedade que ultrapassa o raio de razoabilidade que a lei permite o administrador circular. Em verdade, ultrapassar essa fronteira enseja a análise da ocorrência do arbítrio.

O Edital (ato normativo que rege especificamente uma dada intenção de contratação) baseado nas leis superiores e na Constituição é instrumento de eficiência normativa, executiva e instrumento de garantia. O interessado tem o direito público subjetivo de solicitar à Administração a fiel observância do edital. As regras do Edital são o instrumento normativo, que dependerá, também, da legalidade e da constitucionalidade do ato convocatório, que deve estar de acordo com as normas infra legais, legais e constitucionais. Essa conformidade é preciosa, tendo em vista que mitiga irregularidade e riscos na contratação.

Os processos licitatórios são atos praticados pela Administração Pública que seguem as formalidades estabelecidas pela Lei, o ato convocatório define o objeto, estabelece pressupostos de participação e regras de julgamento. As formalidades necessárias e o devido processo legal devem buscar a razoabilidade com cunho vinculante para os particulares, mas também para a própria Administração Pública.

Desta forma, nos cumpre destacar que a Empresa DELVALLE MATGERIAIS ELETRICOS LTDA, não cumpriu com as exigências legais do edital, infringindo o processo da legalidade. Demonstraremos nossas alegações, a seguir.

**BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA**

Rua João Rodrigues, 42 / parte – São Francisco Xavier - RJ – CEP: 20.960-010

Tel.: (21) 3287-5382 E-mail: [bmbconstrutora@yahoo.com.br](mailto:bmbconstrutora@yahoo.com.br)**C.N.P.J.: 04.191.294/0001-37****INSC. ESTADUAL: 77.122.729**

Nos processos licitatórios devem ser observados os princípios constitucionais aplicáveis a toda Administração Pública, mormente aqueles estabelecidos no art. 37, caput, da CF – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim como os princípios específicos, previstos 14.133/21.

O princípio da isonomia ou da igualdade possui natureza constitucional, estando previsto no art. 5º da Constituição Federal, o qual determina que o Poder Público deva conferir igual tratamento àqueles que estejam em semelhante situação jurídica. No campo específico da licitação, o art. 37, inciso XXI, da CF, determina que deve ser garantido aos interessados igualdade de condições.

Esse princípio prevê que todos os interessados em participar do processo licitatório devem ser submetidos às mesmas regras, não podendo ser atribuída vantagem a um concorrente que não seja extensível aos demais. A obediência a esse princípio também garante um tratamento impessoal, em razão do forte vínculo existente entre os princípios da isonomia e da impessoalidade.

A Administração Pública e os licitantes também estão estritamente vinculadas às regras previstas no instrumento convocatório, edital ou carta convite, a depender da modalidade licitatória. Por esse motivo, o instrumento convocatório é considerado a lei interna da licitação, a "Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. " O descumprimento dessas regras importará na ilegalidade do processo licitatório.

Consoante ensina José dos Santos Carvalho Filho, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório representa uma garantia tanto para o administrador quanto para o administrado:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Portanto, todos devem respeitar as regras previamente estabelecidas para realização do certame. No caso de inobservância dessas condições, o processo licitatório se torna inválido.

**IV-CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Acerca dos princípios que norteiam o procedimento licitatório, vejamos o que dispõe a Constituição Federal: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 37º A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Da análise do dispositivo legal, verifica-se que a Administração Pública deve respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Desse modo, para colocar em prática o cumprimento dos princípios citados, a entidade licitadora está atrelada

Rua João Rodrigues, 42 / parte – São Francisco Xavier - RJ – CEP: 20.960-010

Tel.: (21) 3287-5382 E-mail: [bmbconstrutora@yahoo.com.br](mailto:bmbconstrutora@yahoo.com.br)

**BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA**

Rua João Rodrigues, 42 / parte – São Francisco Xavier - RJ – CEP: 20.960-010

Tel.: (21) 3287-5382 E-mail: [bmbconstrutora@yahoo.com.br](mailto:bmbconstrutora@yahoo.com.br)

C.N.P.J.: 04.191.294/0001-37

INSC. ESTADUAL: 77.122.729

ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, devendo exigir que os requisitos sejam cumpridos e o licitante deve ater-se a apresentação de documentos coerentes que atendam as solicitações do Edital.

No caso em tela, verifica-se a necessidade de revisão da decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa **AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97**, pois esta não cumpriu as exigências fundamentais e obrigatórias do Edital e das legislações vigentes que amparam a obrigatoriedade da documentação de forma clara e objetiva e principalmente transparente com razões sociais diferentes a cada documento e endereços diversos de sede, e a **COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TECNICA EM SUA DETERMINAÇÃO EDITALICIA DO OBJETO** não atende em nada o solicitado e ainda atestado de empresa que está participando da licitação.

Caso a decisão não seja revista pelo MM. Pregoeiro, levaremos os fatos ao conhecimento das autoridades superiores para retificação dos atos praticados e restabelecimento da legalidade do certame. Aduzidas os fundamentos que balizaram as presentes razões, esta recorrente requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e na Lei 10.520/02 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e acolhimento deste, para que seja inabilitada a empresa **AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97**.

V- DOS PEDIDOS.

Assim diante do exposto, a Recorrente confia e espera, respeitosamente, digne-se a esta Comissão a receber as Razões Recursais e julgue-a na forma da lei, para, no mérito, inabilitar a empresa **AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97**, pelo desatendimento ao Edital de PREGÃO Nº 90119/2024.

Pedimos que sejam aplicadas a mesma forma e critério austero e justo conforme termo de referência e quanto a exigência da capacidade técnica do edital em sua totalidade, pedimos que seja desclassificada pelos documentos apresentados e os não apresentados de forma clara e transparente com os dados da empresa licitante e os atestados de capacidade técnica não atendem ao objeto da licitação pela empresa **AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97**, no único item desse certame, por não atender a exigida capacidade tecnicamente segundo os atestados técnicos apresentados em suas descrições e quantitativos, prazos em relação ao objeto licitado.

Pedimos deferimento em nome da isonomia e respeito pela lei e pelo edital dessa licitação bem como a todos os fornecedores que foram julgados por esses critérios

SEM MAIS, RESPEITOSAMENTE

DORACI DE SOUZA VIANNA  
SOCIA GERENTE



**AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO  
DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900119/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.980/2024**

**AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA**, já devidamente qualificada, neste ato representada por sua sócia administradora, apresenta **CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAJUDICIAL**, interposto pelas empresas **BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA** e **M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pelas razões expostas a seguir:

### **1. RESUMO DOS FATOS E FUNDAMENTOS PARA AS CONTRARRAZÕES**

A recorrida foi a vencedora do pregão eletrônico nº 900119/2024, que tinha em seu objeto a busca de contratação de serviços voltados para a decoração natalina do Município, evento denominado Encanto de Natal – O Reino Noel, vide termo de referência.

Inconformadas com o resultado, as recorrentes buscam a inabilitação da ganhadora, trazendo argumentos que servem apenas de pretexto para interposição de recurso, já que ocupam sétima e oitava posição respectivamente, ou seja, são sucessoras da recorrida em uma possível inabilitação.

A primeira recorrente alega incompatibilidade entre a certidão municipal do ISS apresentada pela ganhadora e o objeto licitado, alegando não



haver compatibilidade do serviço contido na certidão municipal com os serviços do objeto licitado; Que a certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está fora da validade; Que o atestado fornecido pela empresa Ativa Comércios e Estruturas LTDA não possui eficácia pois a empresa participou do mesmo processo de seleção de empresas; Que há divergência na razão social, havendo nome diverso nos documentos do nome aparente no CNPJ; Que o atestado emitido pela empresa Led Pro está fora da validade e que os certificados de norma regulamentadora estão em favor da sócia administradora e não do profissional engenheiro.

Como já foi dito, toda a narrativa foi o caminho utilizado pela 1ª recorrente apenas para tentar afastar a licitante do sucesso alcançado no pregão, mas vamos abordar cada tema detalhadamente.

Sobre a certidão municipal: argumento vazio e que prova o pretexto utilizado para manejo de peça recursal. Primeiro porque a prefeitura no momento de lançar o imposto anual, tem como base a atividade com maior percentual para fins de recolhimento do tributo, por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente é o de limpeza.

Esclarece que o CNAE da vencedora tem em seu quadro todos os códigos que a tornam apta para prestar o serviço, de modo que não restam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.

O próximo argumento da 1ª recorrente é quanto a certidão de regularidade do fundo de garantia por tempo de serviços apresentada pela vencedora. Mais uma vez fica clara a intenção apenas de interpor recurso, pois,





a competência de alterar informações e dados cadastrais no sistema é da própria CEF.

Vale destacar que a o que, de fato, identifica a pessoa jurídica é o seu CNPJ, e não sua razão social. Assim, é importante dizer que embora a CEF não tenha realizado a alteração da razão social da empresa, a identificação da certidão se dá simplesmente pela constatação da numeração do CNPJ no referido documento.

É muito estranho o recorrente tentar se valer desse argumento, pois a administração interna e atualização de informações cadastrais da Caixa Econômica Federal é ato que foge das competências da empresa vencedora.

A ganhadora não pode ser impedida de participar de qualquer processo licitatório por ausência de atualização no sistema da Caixa Econômica, argumento este que a 1ª recorrente tenta “empurrar” a esta comissão apenas para lançar dúvidas sobre a validade do documento.

Usar esse argumento, sabendo que as alterações cabem à CEF e que a identificação da empresa se faz pelo CNPJ – e este consta no documento - é uma tentativa sorrateira de causar tumulto ao pregão, com o intuito de lançar dúvidas quanto à regularidade do documento apresentado.

O 1º recorrente falta com a ética e renuncia à moralidade quando interpõe o presente recurso, pois fica muita clara a sua intenção sórdida de derrubar a vitória legal da recorrida, com a intenção de protelar a licitação.

Quanto aos atestados de capacidade técnica: alega que o documento emitido pela empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS LTDA, empresa que também concorreu no pregão, não poderia ser apresentado neste certame.



Aqui é muito importante elucidar como funciona a fase de lances durante a disputa pelo objeto, visto que, no momento da disputa, as empresas não possuem qualquer conhecimento sobre os adversários que estão brigando pelo objeto.

Partindo dessa premissa, a vencedora não tinha como prever que a empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS LTDA participaria do processo licitatório, pois, na fase de lance não se tem conhecimento de quem são os concorrentes no pregão.

Contudo, encerrada a fase de lances e iniciando a etapa de seleção de fornecedores, a disputa por empresas que já tenham contratado serviços em momento passado não é fato gerador de nulidade ou impedimento de apresentação do atestado.

Conforme dito, as empresas só tomam conhecimento uma das outras quando encerrada a fase de lances, o que não impede que as empresas tenham prestado serviço para uma concorrente em licitação.

Se assim fosse, deveria haver vedação legal quanto a apresentação de atestados de pessoa jurídica de direito privado. No entanto, como espera-se que a recorrente saiba, a lei permite que os atestados sejam apresentados tanto em nome de pessoa jurídica de direito público, quanto em nome de pessoa jurídica de direito privado.

Quanto ao atestado emitido pela empresa LED PRO, argumenta que o documento estaria fora da validade, o que não faz nenhum sentido, pois não existe no edital qualquer imposição quanto ao prazo de validade do atestado de capacidade técnica, o que mais uma vez demonstra que a empresa recorrida está inventando argumentos para protelar o certame.



Alega ainda que o atestado da Comsercaf não atende ao objeto pretendido, entretanto, o atestado menciona serviços de iluminação demais itens que possuem relação com o objeto licitado, motivo pelo qual a vencedora entendeu por bem juntar ao corpo de atestados apresentados.

De todo modo, o atestado não pode ser um argumento de nulidade que todo conjunto farto apresentado pela recorrida, já que é facultado aos concorrentes apresentar o quantitativo de atestados que desejar para comprovar os serviços prestados.

O mencionado atestado não foi o único acostado a documentação técnica da licitante e não existe qualquer regulamentação no edital que venha a inabilitar a empresa por juntar atestados além do objeto.

Por fim, a primeira recorrente alega que os certificados de NR estão em nome da sócia administradora e não em favor do profissional engenheiro.

Não existe qualquer manifestação no edital quanto as normas regulamentadoras estarem em nome de profissional engenheiro ou integrante do quadro técnico da empresa, o que exige é tão somente apresentação das NRs exigidas. E esta exigência a empresa recorrida cumpriu ao apresentar todas as NRs previstas em edital.

Destaca ainda que o edital prevê a contratação de profissionais engenheiros sob o regime de contratação da prestação de serviços, o que pode ser feito a qualquer tempo, já que a participação no pregão não é garantia de vitória, mas apenas uma mera expectativa de direito.



Diante do exposto e pela ausência de imposição da equipe responsável pelo pregão, as NRs apresentadas em favor da sócia administradora são integralmente válidas e não configuram nenhuma irregularidade passível de inabilitação, motivo pelo qual pede a equipe a permanência da vitória em favor da licitante, negando provimento ao apelo da 1ª recorrente.

Já a 2ª recorrente foi além: insinua uma possível relação de parentesco entre os sócios da empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS e a vencedora, sem fazer qualquer prova dessas alegações.

Argumenta que os contratos foram apresentados com data de assinatura após o início do pregão, isto é, 08 de outubro de 2024, motivo pelo qual entende que a empresa carece de qualificação técnica.

Que a empresa vencedora já utilizou o nome Ativa Comércios e Estruturas como seu nome Fantasia. Alegações sem qualquer cabimento ou prova que ateste a veracidade das suposições lançadas pela 2ª recorrente.

Sobre o contrato assinado após o início do Pregão, não existe qualquer irregularidade, tendo em vista que o edital exige que a documentação seja apresentada no momento da habilitação.

O requisito editalício quanto à apresentação do vínculo com os engenheiros no momento da habilitação a recorrida cumpriu conforme os termos apresentado. Contudo, a 2ª recorrida tenta criar regras que não existem na tentativa de ludibriar o Sr. Pregoeiro e sua comissão.

De todo modo, vamos explicar por qual razão, além de haver, permissão do edital, mas de maneira pratica, o motivo pelo qual é permitida a comprovação do vínculo com os engenheiros – ou seja, a assinatura do contrato de prestação de serviço – até o momento da habilitação:



A participação de um processo licitatório é facultado à diversas empresas que estão dispostas a concorrer ao objeto ora licitado. Partindo dessa premissa, os concorrentes tem mera expectativa de direito, e nenhuma garantia que de fato irá vencer o certame. Por esta razão, despender gastos com contratação de engenheiro em momento anterior à realização do certame se demonstra muito custoso e desgastante financeiramente para as empresas de menor porte.

Uma vez que o edital não prevê a necessidade de um profissional em momento anterior ao certame, cabe às empresas decidirem sobre o momento da contratação. A concentração dos esforços, na realidade, deve estar em se ater aos termos do edital.

Portanto, de acordo com os termos do edital, não há qualquer óbice para os engenheiros terem realizado a assinatura do contrato de prestação de serviço após o início do certame, tendo em vista que o objetivo editalício de demonstrar o vínculo com os responsáveis técnicos até o momento da licitação foi devidamente cumprido.

Caso haja previsão editalícia sobre o cumprimentos dos requisitos em momento anterior à realização do certame, esta exigência deverá estar expressamente vinculada ao edital.

Categoricamente, todos os documentos são acostados na plataforma após o encerramento da fase de lances e início da fase de seleção de fornecedores, não havendo em qualquer edital exigência de envio prévio de documentos.

Se assim fosse o próprio sistema disponibilizaria de recursos adequados para envio de documentação no período de cadastro da proposta. A



mera expectativa de um direito não assegura que o licitante disponha de toda a documentação no ato do cadastro, mas possibilita que ele providencie todos os meios adequados para a ótima execução do serviço caso se torne vencedor.

Na situação narrada, a recorrida ocupou a 6ª posição, não tinha como prever se seria selecionada para envio de documentos ou não.

É bom lembrar que o próprio edital permite que os profissionais podem ser constituídos pelo regime da consolidação das leis do trabalho, contrato de prestação de serviços e outros, de modo que a vencedora cumpriu corretamente com a exigência, sendo garantido o direito de contratar serviços de profissional engenheiro após chamamento, o que afasta as hipóteses de nulidade levantadas pelas recorridas.

O ponto focal da presente discussão deve se ater a um simples ponto: após a convocação para apresentar a documentação de habilitação, a empresa obteve êxito em cumprir os requisitos do edital? E neste ponto focal a empresa recorrida cumpriu todos os requisitos previstos dentro do prazo estabelecido pelo edital e pelo Sr. Pregoeiro.

Quanto as Normas Regulamentadoras em favor da sócia, não há qualquer impedimento no edital, o que permite o cumprimento da exigência, como já discorrido ao longo desta peça.

Sobre as teorias levantadas pela 2ª recorrente de possível relação de parentesco, há que se ressaltar que a empresa recorrente tenta de todo modo apresentar meras especulações, de modo que precisamos ter o olhar para o que de fato é relevante em uma interposição de recurso: garantia do devido processo legal e o direito a ampla defesa e contraditório.



Partindo desses princípios constitucionais tão importantes para o processo administrativo, a interposição de recurso administrativo visa garantir os direitos dos licitantes em processo administrativo, não devendo ser utilizado como meio para especulações e suposições que sequer faz prova.

A atitude da 2ª recorrente, além de fugir da finalidade recursal, foge da ética e moralidade, princípios completamente desconhecidos pela 2ª recorrente.

A via eleita pela 2ª recorrente não pode ser meio para meras especulações, mas não nos custa nada dar uma breve introdução sobre os processos que regem a administração e o entendimento consolidado pela lei vigente.

Cabe deixar claro que não houve qualquer prova das alegações da 2ª recorrente, mas que, ainda que houvesse uma relação de parentesco, não existe vedação legal no ordenamento jurídico.

Quanto ao tema, é extremamente clara a jurisprudência:

“Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. A demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócio sem comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (...)” (TCU, Acórdão 2803/2016 – Plenário,



Representação, Relator Ministro Substituto André de Carvalho)

“(...) a participação em processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco não constitui, só por si, irregularidade (...) a simples presença de sócios em comum não constitui conduta vedada pelo ordenamento jurídico. Tampouco é elemento suficiente para se concluir pela ocorrência de fraude à licitação (...)” (TCE/PE, Acórdão 984/2024 – Segunda Câmara, Processo: 20100162-7, Data da Sessão: 20/06/2024, Relator: Ruy Ricardo Harten)

Portanto, as especulações da 2ª recorrente sequer podem ser consideradas como mérito recursal, primeiro porque são apenas especulações infundadas, e segundo que, ainda que houvesse grau de parentesco, não existe na lei qualquer proibição quanto ao tema.

Destaca ainda que as empresas possuem diferentes sócios administradores e gozam de personalidade jurídica e patrimônio próprio, não havendo qualquer proibição em prestar serviços umas às outras.

Quanto ao nome fantasia já ter sido ATIVA ESTRUTURAS, novamente escolhe a via recursal para ficar especulando, sem trazer qualquer prova concreta ou fundamentação jurídica, somente na tentativa descabida de vincular a AC Gestão, Planejamento e Serviços à Ativa COMERCIO e Estruturas.





Apenas amor ao debate, não existe qualquer irregularidade ou proibição em alterar o nome social, quadro societário, regime de sócios, etc. O 2º recorrente trouxe apenas suposições, sem comprovar qualquer nexo de causalidade, tudo isso como pretexto para interposição de recurso, já que não existe matéria a ser discutida, o que, mais uma vez, demonstra o intuito protelatório do recurso.

De toda sorte, a recorrida, antes de discorrer sobre outra especulação absurda levantada pelo 2º recorrido, gentilmente com uma rápida pesquisa, apresenta algumas das milhares de empresas registradas sob o nome ATIVA, senão vejamos:

**ATIVA MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS E CONSTRUÇOES LTDA**  
CNPJ: 23.962.058/0001-11  
Razão Social: Ativa Montagem de Estruturas Metalicas e Construcoes Ltda  
Construção  
São José dos Campos - SP



<b>CNPJ</b> 42.831.194/0001-17	<b>Data de fundação</b> 22/07/2021	<b>Situação Cadastral</b> Ativa
<b>Razão Social</b> GRUPO ATIVA GESTAO CONTABIL LTDA		
<b>Nome Fantasia</b> GRUPO ATIVA GESTAO CONTABIL		

Saiba o Score



<b>Código e descrição da natureza jurídica</b> 2062   SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	<b>Matriz/Filial</b> MATRIZ
<b>Código e descrição da atividade econômica principal</b> 6920-6/01   ATIVIDADES DE CONTABILIDADE	



## ATIVA COMERCIO

CNPJ: 47.879.017/0001-24

Razão Social: Ativa Comercio Ltda

Comércio Atacadista  
São Paulo - SP



Saiba o Score



### CNPJ

53.365.489/0001-61

### Data de fundação

04/01/2024

### Situação Cadastral

Ativa

### Razão Social

ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA

### Nome Fantasia

IMPERIO BANDEIRAS / ORIGINAL BANDEIRAS



Saiba o Score



### CNPJ

14.569.026/0001-60

### Data de fundação

25/10/2011

### Situação Cadastral

Ativa

### Razão Social

ATIVA EVENTOS LTDA

### Nome Fantasia

ATIVACAO LIVE MKT



Saiba o Score



### CNPJ

00.777.967/0001-84

### Data de fundação

23/08/1995

### Razão Social

ATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA

### Nome Fantasia

-



## Informações de Registro

CNPJ: **06.912.749/0001-91 - 06912749000191**

Inscrição Estadual SP: **116.863.120.117**

Razão Social: **Ativa Eventos e Locacao LTDA**

Nome Fantasia: **Ativa Eventos**

Data da Abertura: **21/07/2004 20 anos, 3 meses e 4 dias**

Porte: **Micro Empresa**

Natureza Jurídica: **Sociedade Empresária Limitada**

Opção pelo MEI: **Não**

Opção pelo Simples: **Não**

Data Opção - Exclusão Simples: **01/07/2007 - 30/11/2012**

Capital Social: **R\$ 4.500.000,00**

Tipo: **Matriz**

Situação: **Ativa**

Data Situação Cadastral: **01/01/1970**

É importante destacar que **as empresas acima listas possuem, de fato, o nome ATIVA e todas com CNPJ diferentes, personalidades jurídicas diferentes, sócios diferentes etc.** Seus nomes não lhe vinculam umas às outras.



Estas empresas apresentadas são poucas entre as diversas existentes espalhadas pelo Brasil com o nome Ativa. Por se tratar de nome comum é perfeitamente compreensível a razão pela qual há empresas com nomes semelhantes.

A empresa recorrida, durante seus longos anos no mercado, já alterou sua razão social para Ativa também, assim como diversas outras empresas brasileiras, entretanto isto não lhe relaciona com as demais empresas, de maneira que esta alteração ocorreu há anos atrás.

Isto, inclusive, explica por qual razão consta na página 07 do recurso da M4 a razão social da recorrida como Ativa. Contudo, como anteriormente explicado as empresas prestam serviços entre si e, eventualmente, podem prestar serviços para empresas com nomes semelhantes, conforme demonstrado pela vastidão de empresas com razões sociais semelhantes espalhadas pelo Brasil, devendo ser identificadas por seus CNPJ distintos.

Passada a explicação somente por amor ao debate, novamente trazemos a consciência ao fim que se destina um recurso administrativo: preservar o devido processo legal e assegurar o direito a ampla defesa e contraditório, de modo que a igualdade entre os concorrentes seja preservada.

Utilizar de um meio de defesa tão importante para especular mostra desespero da 2ª recorrente, que por não ter como atacar o mérito recursal, tenta manchar a reputação e imagem da empresa vencedora, tumultuar o processo licitação e trazer confusão ao entendimento do Pregoeiro e de sua equipe, atitude desprezível e até mesmo lamentável, não cabendo provimento face a ausência de mérito recursal.



É facultado a toda e qualquer empresa a prestação de serviços umas as outras e fornecer atestados de capacidade pelos serviços prestados, e caso se tornem concorrentes em determinado momento em um certame licitatório, não pode esta relação empresarial se tornar óbice para disputa do pregão ou tampouco para apresentação de atestado.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, cada empresa possui personalidade jurídica própria e por esse motivo não existe proibição de que estas empresas disponham de seus serviços umas as outras e acabem se tornando concorrentes em uma licitação.

Mais uma vez reafirma que o processo licitatório é mera expectativa de direito e os participantes só possuem conhecimento dos concorrentes quando finalizada a etapa de lances, podendo acontecer de empresas que já tenham prestados serviços umas as outras se tornem concorrentes do mesmo objeto.

Nesse sentido, não há razão para insinuar irregularidades e não tem como penalizar as empresas em disporem de seus serviços umas às outras, já que não existe exclusividade com a administração e os serviços podem ser oferecidos também a empresas privadas dispostas a contratar.

Então, partindo da análise de que é possível haver empresas que em algum momento de sua atuação já contrataram dos serviços dos concorrentes, o argumento de uma possível irregularidade não ataca a matéria recursal por ausência de provas e não faz qualquer relação com a norma jurídica vigente.



Considerando todo o exposto, vem requerer que os recursos sejam negados, tendo em vista a ausência de argumentos válidos que tornem cabível o presente recurso, mantendo a correta habilitação do Sr. Pregoeiro.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Cabo Frio, 25 de outubro de 2024.

---

**AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA**  
**ANA CARLA PEIXOTO GOMES**



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.119/2024.

Processo Licitatório nº: 4.980/2024

Processo Recurso nº: 033.648/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.119/2024

### OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA, inscrita no CNPJ: 04.191.294/0001-37, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 033.648/2024.

### I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 17/10/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 4.980/2024, a empresa BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 06.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que a Certidão Municipal ISS da recorrida estaria em desacordo com o objeto da licitação, que a certidão de FGTS estaria em nome de outra razão social, que não teria sido apresentada certidão do CREA da empresa, que os atestados de capacidade técnica apresentados não seriam satisfatórios, que os certificados NRs estariam em nome da sócia da recorrida, a qual não seria engenheira, e que os engenheiros apresentados não teriam NRs.

## III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a recorrente requer o recebimento das Razões Recursais e julgamento na forma da lei, para, no mérito, inhabilitar a empresa AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97, pelo desatendimento ao Edital de PREGÃO Nº 90119/2024.

## IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA alega que:

- a) sobre a certidão municipal, a prefeitura no momento de lançar o imposto anual, teria como base a atividade com maior percentual para fins de





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

recolhimento do tributo, por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente seria o de limpeza. Esclarece, ainda, que o CNAE da vencedora teria em seu quadro todos os códigos que a tornariam apta para prestar o serviço, de modo que não restariam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.

- b) quanto à alegação de que a certidão de FGTS estaria em nome de outra razão social, a competência de modificar informações e dados cadastrais no sistema seria da própria CEF, e que embora ainda não tenha sido realizada tal alteração, a identificação da certidão se daria simplesmente pela constatação da numeração do CNPJ no referido documento.
- c) no tocante à apresentação de atestado de capacidade técnica emitido pela empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS LTDA, que também concorreu no pregão, não haveria qualquer vedação legal, ressaltando que no momento da fase de lances durante a disputa pelo objeto, as empresas não possuiriam qualquer conhecimento sobre os adversários;
- d) em relação ao atestado emitido pela empresa LED PRO, o argumento de que o documento estaria fora da validade não faria nenhum sentido, pois não existiria no edital qualquer imposição quanto ao prazo de validade do atestado de capacidade técnica;
- e) não mereceria prosperar a alegação de que o atestado da Comsercaf não atenderia ao objeto pretendido, pois mencionaria serviços de iluminação e demais itens que possuiriam relação com o objeto licitado;
- f) não existiria qualquer manifestação no edital quanto às normas regulamentadoras estarem em nome de profissional engenheiro ou



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

integrante do quadro técnico da empresa, sendo requerida tão somente a apresentação das NRs, exigência que a recorrida teria cumprido. Destaca, ainda, que o edital preveria a contratação de profissionais engenheiros sob o regime de contratação da prestação de serviços, o que poderia ser feito a qualquer tempo, já que a participação no pregão não seria garantia de vitória, mas apenas uma mera expectativa de direito.

### V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Em análise do recurso e das contrarrazões cabe a análise de alguns pontos, quanto a mudança de nome da empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, a mudança foi informada na alteração contratual de número 4 consolidada, o CNPJ é a sigla para Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, um número único que identifica empresas e organizações no Brasil. É um documento obrigatório para que uma empresa possa funcionar legalmente e realizar diversas operações comerciais e financeiras. Esse número não pode ser alterado e ele que identifica a empresa e está presente em todos os documentos questionados.

Sobre a certidão municipal, a prefeitura no momento de lançar o imposto anual, teria como base a atividade com maior percentual para fins de recolhimento do tributo, por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente seria o de limpeza. Esclarece, ainda, que o CNAE da vencedora teria em seu quadro todos os códigos que a tornariam apta para prestar o serviço, de modo que não restariam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

Quanto a certidão municipal, além do exposto nas contrarrazões pela empresa, é necessária pontuar que, pode-se interpretar que restringir a participação do licitante pelo motivo de ausência da CNAE específica fere o princípio da competitividade.

Para corroborar as observações, apresenta-se o Acórdão nº 1203/2011 do TCU. Nesse caso, ocorreu o impedimento de participação de empresa apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não pertinente à atividade licitada, embora houvesse grande proximidade entre ambas.

O relator do processo na análise argumentou o seguinte:

Impedir que uma empresa participasse do certame com base nesse detalhe cadastral é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que configura irregularidade grave. Além disso, e principalmente, a empresa [...] apresentou seu Contrato Social onde fica bastante claro que atua no ramo de transporte de passageiros e de cargas.

Entendemos que o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º, Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para impedir a participação da empresa Dantas, como acabou por ocorrer.<sup>2</sup>

Corroborar o entendimento da Corte de Contas o Acórdão nº 42/2014 — Plenário, que ressaltou em um dos seus excertos o seguinte:

Considerando que diante do decidido no precedente Acórdão 1.203/2011 – Plenário, segundo o qual o CNAE não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação, a exemplo o contrato social, o Relator determinou a realização de diligência ao Senac/MG, com vistas à obtenção de cópia do contrato social da licitante vencedora da licitação, bem assim, objetivando o envio de outras informações[...].<sup>3</sup>

A certidão de FGTS é emitida pela CAIXA, que controla os dados e a atualização destes, uma certidão com a validade e CNPJ correto da empresa não tem razão para ser recusada. Esse fato caracterizaria excesso de formalismo.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

Quanto ao CREA e as NRS apresentadas cabe salientar que, Art. 67. Da Lei 14.133 de 2021, traz a seguinte redação:

"A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; (...)"

Desta forma o edital em seu item 18.4, solicitou apenas a apresentação de: "Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme Art. 6º e Art. 8º, inciso II da Resolução nº 336/1989 do CONFEA, válido;", devido as especificações do serviço e conforme legislação própria e se baseando na vinculação ao edital o registro apresentado atende ao solicitado.

Assim, seguindo o alinhamento já consolidado no âmbito do TCU, a qualificação técnico-profissional poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, relações institucionais de natureza empresarial e declarações de compromisso futuro.

Joel de Menezes Niebuhr, seguindo essa mesma trilha, pontua que o



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

"dispositivo não exige que o profissional a que ele alude seja do quadro permanente do licitante, empregado ou sócio, aliás, não exige nenhum tipo de vínculo especial. Portanto, basta que o licitante disponha do profissional com a experiência desejada e que este seja contratado apenas para prestar serviço ao licitante em relação ao futuro contrato a ser celebrado com a Administração sem que haja qualquer vínculo trabalhista. (...) Sob essa perspectiva, a Administração deve exigir dos licitantes apenas declarações de disponibilidade dos profissionais para a execução do contrato ou mesmo a apresentação de pré-contratos de prestação de serviços ou qualquer outro meio comprobatório dessa disponibilidade.1"

As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. Desta forma a exigência das NRS não pode ser atribuída ao engenheiro, mas a funcionário ou pessoa com vínculo direto com a empresa.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões e contrarrazões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 31 de outubro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O**Processo Administrativo Eletrônico n.: 33.644/2024****Recorrente: BMB Construções e Comercial do Anil Ltda.****Recorrida: AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda.****Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.119 de 2024 - Processo Licitatório n. 4.980/2024**

## I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.119 de 2024 - Processo Licitatório n. 4.980/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação de empresa especializada para o serviço de Montagem de Decoração Natalina para o evento Um Encanto de Natal – O Reino de Noel, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta Procuradoria-Geral em 01 de novembro de ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relato dos fatos de forma segmentada.

### I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente afirma que a recorrida AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. deve ser inabilitada, aduzindo que:

i) a Certidão Municipal ISS que rege os serviços da empresa qualificada no município cuja a sede da empresa a qual foi adjudicada está registrada para prestar serviço de limpeza no município de sua sede, em desacordo com o objeto da licitação;

ii) o CRF FGTS está em nome de uma empresa com outra razão social e em outro endereço de sede, não sendo válido;



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

iii) os atestados técnicos emitido por uma das licitantes participantes do certame (Ativas estruturas), em nome da moralidade do processo, não pode ser considerado;

iv) não foi apresentada certidão do CREA da empresa para formalizar se está apta junto ao órgão a exercer atividade do objeto e seu corpo técnico qualificado;

v) o atestado da LED PRO está fora da validade de 12 doze meses, conforme edital;

vi) o atestado da COMSERCAF não atende ao objeto;

vii) os certificados NRs estão em nome da sócia que não é engenheira para ser responsável por fiscalizar, e os engenheiros apresentados não têm NRs.

## **I.2. Das Contrarrazões da Recorrida**

A recorrida apresentou suas contrarrazões refutando as alegações da recorrente, afirmando que:

i) sobre a certidão municipal, afirma que a prefeitura no momento de lançar o imposto anual tem como base a atividade com maior percentual para fins de recolhimento do tributo por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente é o de limpeza. Esclarece que o CNAE tem em seu quadro todos os códigos que a tornam apta para prestar o serviço, de modo que não restam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado;

ii) quanto à certidão de regularidade do fundo de garantia por tempo de serviço, aduz que a competência de alterar informações e dados cadastrais no sistema é da própria CEF, bem como que o que identifica a pessoa jurídica é o seu CNPJ, e não sua razão social, assim, embora a CEF não tenha realizado a alteração da razão social da empresa, a identificação da certidão se dá simplesmente pela constatação da numeração do CNPJ no referido documento;

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

iii) quanto ao atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Ativa Comércios e Estruturas Ltda., afirma que não tinha como prever que a mesma participaria do processo licitatório, pois as empresas só tomam conhecimento uma das outras quando encerrada a fase de lances, o que não impede que as empresas tenham prestado serviço para uma concorrente em licitação, bem como que a disputa por empresas que já tenham contratado serviços em momento passado não é fato gerador de nulidade ou impedimento de apresentação do atestado;

iv) quanto ao atestado emitido pela empresa LED PRO, argumenta que não existe no edital qualquer imposição quanto ao prazo de validade do atestado de capacidade técnica, o que mais uma vez demonstra que a empresa recorrida está inventando argumentos para protelar o certame;

v) quanto ao atestado da Comsercaf, afirma que o atestado menciona serviços de iluminação e demais itens que possuem relação com o objeto licitado, motivo pelo qual entendeu por bem juntar ao corpo de atestados apresentados, o que não pode ser um argumento de nulidade diante de todo conjunto farto apresentado pela recorrida, já que é facultado aos concorrentes apresentar o quantitativo de atestados que desejar para comprovar os serviços prestados;

vi) em relação às Normas Regulamentadoras, alega que não existe qualquer manifestação no edital sobre estarem em nome de profissional engenheiro ou integrante do quadro técnico da empresa, exigindo-se tão somente a apresentação das NRs e, portanto, as NRs apresentadas em favor da sócia administradora são integralmente válidas e não configuram nenhuma irregularidade passível de inabilitação, motivo pelo qual requer a improcedência do recurso.

### **I.3. Da Manifestação do Pregoeiro**

O Pregoeiro conheceu do recurso, aduzindo que:

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

i) quanto à mudança de nome da empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, foi informada na alteração contratual de número 4 consolidada, e que o CNPJ é a sigla para Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, um número único que identifica empresas e organizações no Brasil, sendo um documento obrigatório para que uma empresa possa funcionar legalmente e realizar diversas operações comerciais e financeiras, cujo número não pode ser alterado e está presente em todos os documentos questionados;

ii) quanto à certidão municipal, afirma que, além do exposto nas contrarrazões pela empresa recorrida, pode-se interpretar que restringir a participação do licitante por motivo de ausência da CNAE específica fere o princípio da competitividade, na forma do Acórdão n. 1203/2011 do TCU;

iii) quanto à certidão de FGTS, aduz que é emitida pela CAIXA, que controla os dados e a atualização destes, bem como que uma certidão com a validade e CNPJ correto da empresa não tem razão para ser recusada, sob pena de caracterizar excesso de formalismo;

iv) quanto ao CREA e as NRS apresentadas, afirma que o edital em seu item 18.4, solicitou apenas a apresentação de “Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)”, devido às especificações do serviço e conforme legislação própria, bem como que, baseando-se na vinculação ao edital, o registro apresentado atende ao solicitado;

v) quanto à exigência das NRS, aduz que consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho, acrescentando que não pode ser atribuída ao engenheiro, mas a funcionário ou pessoa com vínculo direto com a empresa.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



Por fim, recomenda que as razões e contrarrazões recursais sejam submetidas aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, assim como aos pronunciamentos técnicos do setor requisitante e, após, sugere o encaminhamento do processo à Procuradoria Geral do Município.

É o relatório.

## II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*[...]*

*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)*

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

**Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.5 do edital assim dispõe:

*“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.*

No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro se manifestou acerca do recurso, solicitando manifestação jurídica quanto às ponderações e explanações postas nas razões e contrarrazões.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Salvo melhor juízo, alguns apontamentos merecem desdobramento a fim de que possa ser realizada a análise da legalidade e juridicidade, os quais serão abordados a seguir.

## II.1. Da Certidão Municipal ISS

A recorrente alega que a Certidão Municipal ISS está registrada para prestar serviço de limpeza no município de sua sede, em desacordo com o objeto da licitação.

A recorrida afirma que a prefeitura, no momento de lançar o imposto anual, tem como base a atividade com maior percentual para fins de recolhimento do tributo por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente é o de limpeza. Esclarece que o CNAE da vencedora tem em seu quadro todos os códigos que a tornam apta para prestar o serviço, de modo que não restam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.

O Pregoeiro aduz que, além do exposto nas contrarrazões pela empresa recorrida, pode-se interpretar que restringir a participação do licitante por motivo de ausência da CNAE específica fere o princípio da competitividade, na forma do Acórdão n. 1203/2011 do TCU.

Pois bem. O Edital do Pregão Eletrônico 90119/24 estabelece em seu item 4 as condições de participação das empresas, dentre elas, a compatibilidade do ramo de atividade com o objeto licitado:

### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:**

**4.1.1 - Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;**

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Tal comprovação é feita por meio do exame dos atos constitutivos da empresa, e não por dados constantes em certidões.

Ademais, conforme previsão contida no subitem 18.3 do Edital, a empresa deve ser *“apta a atuar no ramo de Instalação e Manutenção elétrica, comprovado por meio de Cadastro Nacional de Atividades Econômica (CNAE)”*.

A recorrida afirma que o CNAE tem em seu quadro todos os códigos que a tornam apta para prestar o serviço, de modo que não restam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.

Conforme entendimento do TCU, ainda que a empresa não tenha o CNAE específico do objeto licitado, não poderá ser excluída do certame. Vejamos o que diz o Acórdão 1.203/2011 – Plenário:

*“(…) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (…).*

*(…) a unidade técnica reputou como indevido o impedimento de participação da licitante no certame, mesmo com esta trazendo em seu contrato social objetivo compatível com o objeto desejado (transporte urbano de passageiros transporte urbano de cargas)”*.

Em pesquisa acerca da matéria, verifica-se que o CNAE é um código identificador para a Receita Federal, enquanto o Contrato Social determina quais as atividades realmente a empresa pode atuar.

Sobre o assunto, a Receita Federal<sup>1</sup> assim dispôs:

*“Diante disso, ressalta-se que não haveria a priori lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre a sua CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade licitada por meio do seu contrato social”*.

<sup>1</sup> Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre – 6ª Turma. Portal Fazenda do Governo Federal.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



Com efeito, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

O licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade, não havendo necessidade de que o documento constitutivo disponha expressa e especificamente sobre o objeto da licitação.

Nesse sentido, convém destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr<sup>2</sup>:

*“(...) a Lei nº 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação”.*

No mesmo sentido, Marçal Justen Filho<sup>3</sup> leciona:

*“(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação”.*

Conclui-se, portanto, que o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. **A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica** impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.

Considerando que a análise dos documentos de habilitação e decisão cabem exclusivamente à Comissão de Pregão, na forma do já exposto no presente parecer, deve o Pregoeiro verificar a compatibilidade da atividade da recorrida com o objeto licitado.

## II.2. Da Certidão de FGTS

Alega a recorrente que a CRF FGTS está em nome de uma empresa com outra razão social e em outro endereço de sede, não sendo válida.

<sup>2</sup> Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.

<sup>3</sup> Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Aduz a recorrida que a competência de alterar informações e dados cadastrais no sistema é da própria CEF, bem como que o que identifica a pessoa jurídica é o seu CNPJ, e não sua razão social, assim, embora a CEF não tenha realizado a alteração da razão social da empresa, a identificação da certidão se dá simplesmente pela constatação da numeração do CNPJ no referido documento.

O Pregoeiro afirma que a certidão é emitida pela CAIXA, que controla os dados e a atualização destes, bem como que uma certidão com a validade e CNPJ correto da empresa não tem razão para ser recusada, sob pena de caracterizar excesso de formalismo.

Sobre o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, vejamos o disposto no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal<sup>4</sup>:

*“O que é o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF?*

*O CRF é o único documento que comprova a regularidade do empregador perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, sendo emitido exclusivamente pela CAIXA”.*

Assim, verifica-se que a finalidade do Certificado de Regularidade para com o FGTS é atestar que determinado CNPJ está em conformidade com o cumprimento de suas obrigações legais para com o FGTS. Portanto, o fato de a razão social constante no documento divergir da última alteração contratual consolidada trata-se apenas de mera formalidade, a qual pode ser sanada em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei n. 14.133/2021.

A jurisprudência do TCU<sup>5</sup> é firme em considerar irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.

<sup>4</sup> <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/duvidasfrequentes.jsf>

<sup>5</sup> Acórdão 1.795/2015-TCU-Plenário



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



No mesmo sentido o Acórdão 1924/2011-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, no qual considera que as informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade da diligência para saneamento dos fatos.

Ainda, no Acórdão 1158/2016 - Plenário, o relator Benjamin Zymler ponderou:

*“c) fixar, com fundamento no inc. IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c art. 45 da Lei 8.443/1992, o prazo máximo de quinze dias para que a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT) adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de desconstituir os atos de desclassificação da licitante L. P. Engenharia Eireli na Concorrência 6/2015, ocorrida em razão de a comissão de licitação não acatar os atestados de qualificação técnica apresentados pela licitante emitidos em nome da sua antiga razão social, configurando excesso de formalismo da comissão em prejuízo da competitividade, podendo dar andamento ao certame após retificar o ato;*

*(...)*

*14. No caso em apreço, houve simples alteração na razão social da representante, circunstância insuscetível, por si só, de lhe retirar a aptidão técnica revelada em obras anteriormente executadas. Como registrou a Secex-GO em sua primeira intervenção no processo, ainda na fase de cautelar, “A razão social é o nome da empresa no ordenamento jurídico; sua alteração não traz, a priori, implicação na sua capacidade de executar o contrato administrativo a que se propõe em um certame licitatório. No caso em tela, o CNPJ, o sócio proprietário e o endereço da empresa são os mesmos; logo, trata-se da mesma empresa com nome diferente. Assim, as certidões emitidas em nome da empresa PPO Pavimentação e Obras Ltda. podem, em tese, ser aproveitadas para a empresa L. P. Engenharia EIRELI, pois se trata da mesma pessoa jurídica.”*

*15. Nessa perspectiva, saliento que o fato de os atestados impugnados terem sido emitidos pela própria FUFMT (peça 1, p. 156-190) coloca a universidade em posição privilegiada para aferir a real qualificação da L. P. Engenharia.*

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Ademais, o Tribunal de Contas da União já exarou decisão na acepção de “ampliar” o poder de diligência a ser realizado por pregoeiros quando da condução de certames, admitindo a realização de diligências para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

De acordo com o entendimento do TCU, tal conduta não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes, mas, pelo contrário, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação ou proposta, resulta em objetivo que vai contra o interesse público.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar trecho do voto do Ministro Walton Alencar, relator do do Acórdão n. 1.211/2021 do TCU<sup>6</sup>:

*O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.*

*As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.*

No Acórdão 2036/2022-TCU, o Relator Ministro Bruno Dantas fixou entendimento que vai ao encontro de um cenário de desburocratização das licitações. Segundo o TCU, mesmo frente a um descumprimento formal ao edital por parte das primeiras classificadas, não houve indícios que levem a consideração de descumprimento material, tratando então de um vício sanável no qual caberia à Administração ponderar e diligenciar de modo correto, e não apenas torná-las inabilitadas.

<sup>6</sup> TCU, Acórdão n. 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Ademais, pondera o Acórdão sobre as consequências práticas da decisão do ente contratante: o excesso de formalismo aplicado ao certame culminou pela adjudicação do objeto por um valor 264% superior ao da menor proposta, afastando claramente a Administração de sua finalidade licitatória.

Com efeito, se a finalidade do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF é comprovar a regularidade do empregador perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e se tal finalidade pode ser atingida por outros meios, mesmo diante da divergência de razão social e/ou endereço, a inabilitação da recorrida caracterizaria excesso de formalismo, cuja conduta é vedada pela Corte Federal de Contas.

Destarte, deve o Pregoeiro analisar se, pela documentação apresentada pela recorrida, é possível inferir a regularidade do empregador perante o FGTS - CRF com base em outras informações, como CNPJ, sócios, dentre outros dados.

### **II.3. Dos Atestados técnicos emitidos por uma das licitantes**

A recorrente alega que o atestado técnico emitido por uma das licitantes participantes do certame (Ativas Estruturas), em nome da moralidade do processo, não pode ser considerado.

A recorrida afirma que não tinha como prever que a mesma participaria do processo licitatório, pois as empresas só tomam conhecimento uma das outras quando encerrada a fase de lances, o que não impede que as empresas tenham prestado serviço para uma concorrente em licitação, bem como que a disputa por empresas que já tenham contratado serviços em momento passado não é fato gerador de nulidade ou impedimento de apresentação do atestado.

O Pregoeiro não se manifestou sobre este ponto.

Pois bem. O art. 67, II, da Lei 14.133/21 prevê a possibilidade de que o edital de licitação exija atestados que demonstrem experiência pretérita na execução de objetos similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



Os entes emissores dos atestados podem ser tanto pessoas jurídicas de direito público quanto de direito privado.

Segundo Marçal Justen Filho<sup>7</sup>, a legitimidade da comprovação documental pressupõe a imparcialidade e ausência de conflitos de interesses do emissor do documento. Portanto, não devem ser admitidos atestados (i) nos quais a licitante ateste sua própria qualificação em razão de objetos prestados a terceiros; (ii) emitidos por empresa com que a licitante constitua grupo econômico; ou (iii) emitidos por empresa com que a licitante possua sócio coincidente.

Leciona o Ilmo. Doutrinador que os atestados emitidos nessas circunstâncias terão natureza jurídica de declarações, meras manifestações unilaterais, destituídas de quaisquer ônus sobre o conteúdo dos serviços prestados.

Nesse sentido são as considerações do TCU sobre a matéria. Confirmam-se os seguintes julgados:

*Único atestado de capacitação técnica fundado em declaração do próprio interessado. Questionamento quanto à aptidão do atestado para comprovar capacidade técnica-operacional para execução do objeto.*

[...].

*Uma situação é o destinatário do serviço, aquele que vai usufruir da sua utilidade, arriscando uma troca definitiva de dinheiro por bens e serviços, declarar que sua expectativa foi atendida, isto é, que recebeu aquilo esperava pelo que pagou. Outra circunstância é o executante declarar que aquilo que forneceu era o que se esperava que fosse fornecido. (TCU, Acórdão 608/2005, Plenário, rel. Min. Guilherme Palmeira, grifou-se).*

*O caso concreto em análise difere daqueles elencados pela fundação, de forma que a argumentação trazida não é aplicável à situação verificada, qual seja, a existência de vínculo entre empresa licitante e empresa atestadora dos serviços da primeira.*

<sup>7</sup> [https://justen.com.br/artigo\\_pdf\\_2/a-figura-do-autoatestado-na-comprovacao-de-capacidade-tecnica-em-licitacoes/](https://justen.com.br/artigo_pdf_2/a-figura-do-autoatestado-na-comprovacao-de-capacidade-tecnica-em-licitacoes/)

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

*Embora não haja uma vedação expressa que proíba esse tipo de ocorrência, há um evidente conflito de interesse, uma vez que o fato de a empresa [X] apresentar em seu quadro societário a mesma pessoa que também é representante da empresa [Y], para a qual foi emitido o atestado, equivale, na prática, a uma **autodeclaração** de capacidade técnica. (TCU, Acórdão 602/2018, Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, grifou-se).*

No caso dos autos, a fim de afastar a existência de irregularidade que possa macular o certame, deve o Pregoeiro se certificar que o atestado impugnado não seja emitido por empresa com que a licitante constitua grupo econômico ou por empresa com que a licitante possua sócio coincidente.

De toda sorte, tendo a recorrida apresentado diversos atestados de capacidade técnica, deve ser verificado se a mesma logrou êxito em comprovar a sua capacidade operacional na execução de serviços similares, na forma do art. 67, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

#### **II.4. Da Certidão do CREA**

A recorrente alega que não foi apresentada certidão do CREA da empresa para formalizar se está apta junto ao órgão a exercer atividade do objeto e seu corpo técnico qualificado.

O Pregoeiro afirma que o edital, em seu item 18.4, solicitou apenas a apresentação de “Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)”, devido às especificações do serviço e conforme legislação própria, bem como que, baseando-se na vinculação ao edital, o registro apresentado atende ao solicitado.

De fato, verifica-se o Edital não exigiu a certidão da empresa, mas tão somente o Certificado de Registro do profissional responsável técnico junto ao CREA.

Não obstante, tratando-se de exigência técnica, deve a Secretaria requerente se manifestar sobre este ponto.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



## II.5. Do Atestado da LED PRO

Alega a recorrente que o atestado da LED PRO está fora da validade de 12 meses, conforme edital.

Vejamos o disposto no item 18 do Edital sobre as exigências de qualificação técnica:

*18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

*18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

*18.2.1 – Somente serão aceitos atestados **expedidos após a conclusão do contrato ou** se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.*

Verifica-se, da redação do subitem 18.2.1, que a exigência se refere à atestados expedidos após a conclusão do contrato **ou** se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Verifica-se que o referido atestado, acostado às fls. 953 dos autos do processo licitatório, foi expedido em 12 de fevereiro de 2024, atestando a realização dos itens/serviços para o evento “Natal do rio de Janeiro-RJ no ano de 2023”, tendo sido expedido, portanto, após a conclusão do contrato, na forma da exigência editalícia.

Destarte, tratando-se de incumbência do Pregoeiro, deve o mesmo analisar se o referido atestado atende aos critérios estabelecidos no edital.

## II.6. Do Atestado da COMSERCAF



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

A recorrente alega que o atestado da COMSERCAF não atende ao objeto do certame.

A recorrida afirma que o atestado menciona serviços de iluminação e demais itens que possuem relação com o objeto licitado, motivo pelo qual entendeu por bem juntar ao corpo de atestados apresentados, o que não pode ser um argumento de nulidade diante de todo conjunto farto apresentado pela recorrida, já que é facultado aos concorrentes apresentar o quantitativo de atestados que desejar para comprovar os serviços prestados.

Pois bem. O art. 67 da Lei 14.133/2021 é claro ao expor que a documentação para a qualificação técnica se limita à apresentação de atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de **serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

E não poderia ser diferente, já que é vedada a exigência de objeto idêntico, mas tão somente compatível/similar ao objeto licitado, sob pena de caracterizar restrição ao caráter competitivo do certame, conforme entendimento pacífico do TCU:

*Acórdão 2003/2011-Plenário*

**ENUNCIADO**

*As exigências para habilitação devem ser **compatíveis** com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.*

*Acórdão 2898/2012-Plenário*

**ENUNCIADO**

*É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços **similares**, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*

*Acórdão 1585/2015-Plenário*

**ENUNCIADO**

*É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza **similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade.***

A jurisprudência dos Tribunais também milita no mesmo sentido:





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



**EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.** Ausente a devida motivação, **é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto. (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA NO PRIMEIRO GRAU PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO E EVENTUAL CONTRATO. PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEITURA DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE QUE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA NÃO DEMONSTRA PERTINÊNCIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA COM O OBJETO LICITADO. NÃO ACOLHIMENTO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA A PARTIR DE CONTRATAÇÃO SIMILAR. DESNECESSIDADE DE QUE O ATESTADO CONTEMPLE SERVIÇO IDÊNTICO.** ATENDIMENTO AO ASPECTO QUANTITATIVO DO SERVIÇO REQUERIDO PELO EDITAL.SUPOSTAS NULIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ADMINISTRAÇÃO QUE OFERECEU JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DAS EXIGÊNCIAS E FORMAS CONSTANTES DO EDITAL.ILEGALIDADES NÃO DEMONSTRADAS PELA IMPETRANTE/AGRAVADA. RESPEITO ÀS OPÇÕES DO ENTE LICITADOR. VEDAÇÃO AO 5ª Câmara Cível Agravo de Instrumento nº 1.740.125-9 - Pág. 2. CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO JUDICIÁRIO.DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJ-PR - AI: 17401259 PR 1740125-9 (Acórdão), Relator: Juiz Rogério Ribas, Data de Julgamento: 02/04/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 2480 23/04/2019)

**DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. MENOR PREÇO POR LOTE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ALEGADA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA.**

1. É regular a exigência de apresentação atestado de capacidade técnica de modo a assegurar a escolha do participante que demonstre possuir em seus quadros profissional devidamente habilitado para conduzir os trabalhos inerentes ao objeto licitado.
2. A comprovação de experiência anterior, por meio de atestado de capacidade técnica, pode ser exigida no instrumento convocatório, **conquanto essa experiência não esteja condicionada à execução do objeto idêntico àquele licitado.**
3. Admite-se a exigência da comprovação de quantitativos que não ultrapassem o limite de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância da obra ou serviço.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



4. Não se confundem os objetivos almejados pela Administração ao exigir atestado de capacidade técnica e balanço patrimonial, pois este documento, juntamente com as demais demonstrações contábeis do último exercício social, visa comprovar a boa situação financeira do licitante e aquele tem por finalidade demonstrar se o licitante possui pessoal técnico habilitado e disponível para execução do objeto da licitação, segundo as exigências descritas no instrumento convocatório. (TCE-MG-DEN: 1013234, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 14/06/2018, Data de Publicação: 05/07/2018)

AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – MATÉRIA NÃO CONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Diante da devolutividade restrita do recurso de Agravo de Instrumento, a análise de teses não apreciadas pelo Juízo de piso, ainda que de ordem pública, viola os princípios constitucionais do devido processo legal e duplo grau de jurisdição. Nego Conhecimento a preliminar que consiste na perda superveniente do objeto. 2. Há de se ressaltar que a mesma questão discutida nesses autos, já foram devidamente elucidadas e apreciadas no Agravo de Instrumento identificado pela numeração única: 1011036-78.2019.8.11.0000. Aliás, o próprio Agravante almeja que ambos os recursos sejam apreciados juntos, demonstrando que tratam da mesma matéria. Assim, não há óbice na apreciação do recurso principal por Decisão Monocrática. 3. Ausente a devida motivação, **é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Agravo Interno Desprovido, Decisão Monocrática Mantida. (TJ-MT - AGR: 10102685520198110000, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 07/11/2023, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 13/11/2023).

Como anteriormente abordado, a aferição dos atestados de capacidade técnica é de competência do Pregoeiro, devendo verificar a similaridade da atividade constante no atestado impugnado com o objeto licitado, dada a ausência de expertise desta pasta jurídica para analisar questão técnica atinente ao objeto.

## II.6. Dos certificados NRs

Alega a recorrente que os certificados NRs estão em nome da sócia que não é engenheira para ser responsável por fiscalizar, e os engenheiros apresentados não têm NRs.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

O Pregoeiro afirma que as NRs são disposições complementares que visam garantir condições de trabalho seguras e saudáveis, conforme estabelecido no Capítulo V da CLT, cuja exigência de cumprimento cabe ao empregador ou a funcionários com vínculo direto à empresa, e não exclusivamente ao engenheiro responsável.

Em pesquisa sobre o tema, verifica-se que as Normas Regulamentadoras (NRs) são orientações trabalhistas sobre procedimentos obrigatórios relacionados à saúde e à segurança do empregado, com o objetivo de prevenir acidentes e doenças provocadas pelo trabalho. Veja-se o disposto na CLT sobre o tema:

*Art. 157 – Cabe às empresas:*

*I – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;*

*II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;*

*III – adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;*

*IV – facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.*

*Art. 158 – Cabe aos empregados:*

*I – observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;*

*II – colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.*

Todas as empresas que possuem empregados sob o regime da CLT devem seguir as Normas Regulamentadoras. Isso inclui empresas privadas e públicas, órgãos públicos da administração direta e indireta e também os órgãos dos poderes legislativo e judiciário.

O trabalhador desempenha um papel fundamental na implementação das Normas Regulamentadoras (NRs), uma vez que é o principal beneficiário das medidas de segurança, sendo necessário que o trabalhador esteja ciente das normas de segurança e saiba como aplicá-las em sua rotina de trabalho.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Os “treinamentos normativos” são capacitações obrigatórias previstas pelas Normas Regulamentadoras (NRs) e que todas as empresas devem fornecer aos seus funcionários, a fim de garantir o cumprimento de instruções e procedimentos que asseguram a segurança e saúde ocupacional, dependendo da função exercida ou do segmento de atuação da organização. Há algumas NRs que deixam claro a obrigatoriedade das empresas fornecerem os cursos<sup>8</sup>.

A fiscalização do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) é realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho e Superintendências Regionais, visando verificar se as empresas estão cumprindo as normas de segurança e as condições de trabalho padrão. O descumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) pode gerar diversas consequências para as empresas, desde multas até ações trabalhistas. Em casos mais graves, pode até mesmo ocorrer a interdição do local de trabalho.

Assim, em princípio, as NRs seriam de responsabilidade da empresa, e não dos profissionais vinculados a ela.

O Edital em questão estabeleceu no subitem 18.6 as seguintes exigências:

*18.6 Apresentar certificado NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança, NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidente, NR 06 – Equipamento de proteção individual, NR 10 – Segurança e instalações e serviços em eletricidade, NR 11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR 23 – Proteção contra incêndio, NR 35 – Trabalho em altura.*

Segundo as regras da NR 04, as organizações são obrigadas a formar suas equipes de SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) com o objetivo de promover a saúde e proteger a integridade dos funcionários no ambiente de trabalho.

<sup>8</sup> NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS (subitem 1.7.1), NR 5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (subitem 5.7.1) e NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (subitem 10.8.3.1).

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

A NR 05 é uma norma que define os requisitos e parâmetros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), tendo por objetivo prevenir doenças e acidentes relacionados ao trabalho, promovendo a saúde e a vida dos trabalhadores, sendo obrigatória para a maioria das empresas. A CIPA é um órgão interno das empresas que tem como responsabilidade prevenir acidentes de trabalho e doenças relacionadas, e a sua formação é obrigatória para empresas com mais de 20 funcionários.

A NR 06 estabelece requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de EPIs. Suas regras se aplicam tanto aos trabalhadores que utilizam os equipamentos, quanto às construtoras e empresas que os adquirem e aos fabricantes e importadores desses produtos.

A Norma Regulamentadora NR-10 tem como principal objetivo estabelecer requisitos e condições mínimas de segurança para todas as atividades que expõem o trabalhador ao risco envolvendo energia elétrica, sendo certo que as empresas que descumprirem as obrigações previstas pela norma estão sujeitas a multas e penalizações. Além disso, a NR-10 também prevê que os colaboradores que trabalham nestas condições devem, obrigatoriamente, receber um treinamento sobre as disposições de segurança e prevenção, sendo que deve ocorrer uma atualização deste treinamento, no mínimo, a cada 2 anos.

A norma NR 11 reúne uma série de medidas que buscam orientar tanto os empregadores como os empregados sobre sua atuação diante do transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de material. Cada item tem normas específicas, sempre focando na preservação da saúde física do colaborador e na criação de um ambiente seguro para evitar acidentes. Todos os trabalhadores envolvidos na movimentação de materiais devem ser devidamente treinados e capacitados para operar os equipamentos de forma segura. Assim, a norma regulamentadora exige que os operadores sejam habilitados e periodicamente reavaliados.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

A NR 12 é uma norma regulamentadora define parâmetros técnicos e normas a serem seguidas para a proteção no uso de máquinas e equipamentos a fim de prevenir acidentes e doenças no uso de máquinas. As primeiras medidas exigidas pela NR 12 dizem respeito à proteção coletiva, ou seja, aquelas que consistem na implantação de salvaguardas físicas permanentes em áreas de risco, como o fechamento do sistema de acionamento com correias e polias e a verificação do circuito de parada de emergência. Já as medidas administrativas são tomadas para manter o sistema de segurança e as medidas de segurança funcionando. Portanto, é necessário treinar os funcionários, cujo treinamento deve ser realizado de forma regular e devidamente registrada, levando em consideração os procedimentos internos e os riscos operacionais.

A NR 23 traz orientações específicas de proteção contra incêndios. Ela tem por objetivo guiar as empresas sobre o que elas precisam fazer, quais tipos de instalações realizar e melhores práticas de trabalho para prevenir ou conter situações de fogo. Estabelece que é obrigação de toda empresa dispor de mecanismos de proteção contra incêndio; dispor de saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio; equipamento suficiente para combater o fogo em seu início; e pessoas treinadas para usar bem os equipamentos de prevenção e contenção de incêndios.

Por fim, a NR 35 estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade, cabendo à empresa, dentre outras responsabilidades, garantir a implementação das medidas de prevenção estabelecidas na NR, e ao trabalhador cumprir as disposições previstas. O cumprimento da NR 35, portanto, deve partir tanto de empregadores, como empregados. A própria NR 35 estipula quais são as obrigações de ambos os lados, para garantir que todos os requisitos estão sendo cumpridos da maneira correta. Além disso, a NR 35 exige que o trabalho em altura só seja realizado por profissionais capacitados. Logo, o treinamento passa a ser uma obrigação a todos os profissionais da área.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Conforme se verifica, as normas regulamentadoras são de observação obrigatória pelas empresas, que são fiscalizadas pelo MTE, podendo, em caso de irregularidades, sofrer autuações, multas, paralisação das atividades e interdição do estabelecimento, dentre outras medidas sancionatórias pelo descumprimento das normas.

Sendo assim, salvo melhor juízo, a aferição do cumprimento das normas regulamentadoras nos certames licitatórios é feita em relação à empresa licitante, muito embora as empresas tenham obrigação de oferecer treinamento aos funcionários e determinadas atividades sejam de exercício obrigatório por profissionais especificamente treinados. Por óbvio, eventual profissional contratado para executar o serviço deve ter o treinamento necessário, em observância às referidas normas.

Considerando, no entanto, a ausência de expertise desta especializada jurídica acerca da definição do objeto e exigências técnicas necessárias, cabe à Secretaria requisitante se manifestar sobre tais exigências, *i.e.*, se as mesmas devem ser apresentadas apenas pelas empresas licitantes ou se devem ser apresentadas também pelos profissionais que executarão as atividades.

Não obstante, caso a Secretaria tenha dúvida, sugere-se a obtenção de informação junto ao setor de medicina do trabalho para melhor elucidar a questão.

### III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade** para ciência das recomendações postas no presente parecer e manifestação e, após, à **Comissão de Pregão I** para ciência e adoção das providências de sua alçada.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 04 de novembro 2024.

Layne de Andrade Alves  
Subprocuradora de Processos Administrativos  
Matrícula: 63.736





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



**SECRETARIA  
DE TURISMO E  
MARKETING**

Processo Administrativo Eletrônico nº: 33.644/2024

Prezados,

Considerando a manifestação do Pregoeiro e o relatório elaborado pela Procuradoria Municipal, bem como as diretrizes contidas no Edital sobre o recurso interposto pela empresa BMB Construções e Comercial do Anil Ltda., entendo que a decisão do Pregoeiro em aceitar e habilitar a empresa A C Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. deve ser mantida, vez que a decisão está tecnicamente fundamentada conforme os termos do Edital e a legislação vigente.

Dessa forma, opino pela improcedência do recurso.

Renan da Silva Alves  
Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade  
Mat.: 062.790





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.119/2024.

Processo Licitatório nº: 4.980/2024

Processo Recurso nº: 033.648/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.119/2024

### OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA, inscrita no CNPJ: 04.191.294/0001-37, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 033.648/2024.

### I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 17/10/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 4.980/2024, a empresa BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 06.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que a Certidão Municipal ISS da recorrida estaria em desacordo com o objeto da licitação, que a certidão de FGTS estaria em nome de outra razão social, que não teria sido apresentada certidão do CREA da empresa, que os atestados de capacidade técnica apresentados não seriam satisfatórios, que os certificados NRs estariam em nome da sócia da recorrida, a qual não seria engenheira, e que os engenheiros apresentados não teriam NRs.

## III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a recorrente requer o recebimento das Razões Recursais e julgamento na forma da lei, para, no mérito, inabilitar a empresa AC EMPREENDIMENTOS CNPJ 17.612.636/0001-97, pelo desatendimento ao Edital de PREGÃO Nº 90119/2024.

## IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA alega que:

- a) sobre a certidão municipal, a prefeitura no momento de lançar o imposto anual, teria como base a atividade com maior percentual para fins de



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

recolhimento do tributo, por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente seria o de limpeza. Esclarece, ainda, que o CNAE da vencedora teria em seu quadro todos os códigos que a tornariam apta para prestar o serviço, de modo que não restariam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.

- b) quanto à alegação de que a certidão de FGTS estaria em nome de outra razão social, a competência de modificar informações e dados cadastrais no sistema seria da própria CEF, e que embora ainda não tenha sido realizada tal alteração, a identificação da certidão se daria simplesmente pela constatação da numeração do CNPJ no referido documento.
- c) no tocante à apresentação de atestado de capacidade técnica emitido pela empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS LTDA, que também concorreu no pregão, não haveria qualquer vedação legal, ressaltando que no momento da fase de lances durante a disputa pelo objeto, as empresas não possuiriam qualquer conhecimento sobre os adversários;
- d) em relação ao atestado emitido pela empresa LED PRO, o argumento de que o documento estaria fora da validade não faria nenhum sentido, pois não existiria no edital qualquer imposição quanto ao prazo de validade do atestado de capacidade técnica;
- e) não mereceria prosperar a alegação de que o atestado da Comsercaf não atenderia ao objeto pretendido, pois mencionaria serviços de iluminação e demais itens que possuiriam relação com o objeto licitado;
- f) não existiria qualquer manifestação no edital quanto às normas regulamentadoras estarem em nome de profissional engenheiro ou



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

integrante do quadro técnico da empresa, sendo requerida tão somente a apresentação das NRs, exigência que a recorrida teria cumprido. Destaca, ainda, que o edital preveria a contratação de profissionais engenheiros sob o regime de contratação da prestação de serviços, o que poderia ser feito a qualquer tempo, já que a participação no pregão não seria garantia de vitória, mas apenas uma mera expectativa de direito.

### V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Em análise do recurso e das contrarrazões cabe a análise de alguns pontos, quanto a mudança de nome da empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, a mudança foi informada na alteração contratual de número 4 consolidada, o CNPJ é a sigla para Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, um número único que identifica empresas e organizações no Brasil. É um documento obrigatório para que uma empresa possa funcionar legalmente e realizar diversas operações comerciais e financeiras. Esse número não pode ser alterado e ele que identifica a empresa e está presente em todos os documentos questionados.

Sobre a certidão municipal, a prefeitura no momento de lançar o imposto anual, teria como base a atividade com maior percentual para fins de recolhimento do tributo, por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente seria o de limpeza. Esclarece, ainda, que o CNAE da vencedora teria em seu quadro todos os códigos que a tornariam apta para prestar o serviço, de modo que não restariam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

Quanto a certidão municipal, além do exposto nas contrarrazões pela empresa, é necessária pontuar que, pode-se interpretar que restringir a participação do licitante pelo motivo de ausência da CNAE específica fere o princípio da competitividade.

Para corroborar as observações, apresenta-se o Acórdão nº 1203/2011 do TCU. Nesse caso, ocorreu o impedimento de participação de empresa apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não pertinente à atividade licitada, embora houvesse grande proximidade entre ambas.

O relator do processo na análise argumentou o seguinte:

Impedir que uma empresa participasse do certame com base nesse detalhe cadastral é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que configura irregularidade grave. Além disso, e principalmente, a empresa [...] apresentou seu Contrato Social onde fica bastante claro que atua no ramo de transporte de passageiros e de cargas.

Entendemos que o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º, Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para impedir a participação da empresa Dantas, como acabou por ocorrer.<sup>2</sup>

Corroborando o entendimento da Corte de Contas o Acórdão nº 42/2014 — Plenário, que ressaltou em um dos seus excertos o seguinte:

Considerando que diante do decidido no precedente Acórdão 1.203/2011 – Plenário, segundo o qual o CNAE não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação, a exemplo o contrato social, o Relator determinou a realização de diligência ao Senac/MG, com vistas à obtenção de cópia do contrato social da licitante vencedora da licitação, bem assim, objetivando o envio de outras informações[...].<sup>3</sup>

A certidão de FGTS é emitida pela CAIXA, que controla os dados e a atualização destes, uma certidão com a validade e CNPJ correto da empresa não tem razão para ser recusada. Esse fato caracterizaria excesso de formalismo.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

## Comissão de Pregão I

Quanto ao CREA e as NRS apresentadas cabe salientar que, Art. 67. Da Lei 14.133 de 2021, traz a seguinte redação:

"A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; (...)"

Desta forma o edital em seu item 18.4, solicitou apenas a apresentação de: "Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme Art. 6º e Art. 8º, inciso II da Resolução nº 336/1989 do CONFEA, válido;", devido as especificações do serviço e conforme legislação própria e se baseando na vinculação ao edital o registro apresentado atende ao solicitado.

Assim, seguindo o alinhamento já consolidado no âmbito do TCU, a qualificação técnico-profissional poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, relações institucionais de natureza empresarial e declarações de compromisso futuro.

Joel de Menezes Niebuhr, seguindo essa mesma trilha, pontua que o





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

"dispositivo não exige que o profissional a que ele alude seja do quadro permanente do licitante, empregado ou sócio, aliás, não exige nenhum tipo de vínculo especial. Portanto, basta que o licitante disponha do profissional com a experiência desejada e que este seja contratado apenas para prestar serviço ao licitante em relação ao futuro contrato a ser celebrado com a Administração sem que haja qualquer vínculo trabalhista. (...) Sob essa perspectiva, a Administração deve exigir dos licitantes apenas declarações de disponibilidade dos profissionais para a execução do contrato ou mesmo a apresentação de pré-contratos de prestação de serviços ou qualquer outro meio comprobatório dessa disponibilidade.1"

As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. Desta forma a exigência das NRS não pode ser atribuída ao engenheiro, mas a funcionário ou pessoa com vínculo direto com a empresa.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões e contrarrazões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº:033.648/2024

RUBRICA:\_\_\_\_FOLHA: \_\_\_\_

### Comissão de Pregão I

licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

### V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, sem nada mais a evocar, CONHEÇO do presente Recurso interposto pela empresa BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90.119/2024, e subsidiado pela manifestação da Procuradoria Geral do Município (fls. 32 a 56) e Secretaria Municipal de Turismo (fl. 57), no mérito, NEGÓcio PROVIMENTO, permanecendo a decisão anteriormente proferida.

Nova Friburgo, 06 de novembro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934